

Conferência discute 1 ano da política de direitos humanos

13 MAI 1997

JORNAL DE BRASÍLIA

Nascido depois de duas tragédias - a morte de 12 pessoas em Corumbiara (RO), e de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA) -, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) completa, hoje, um ano sem ter cumprido a maioria das suas 169 propostas de curto prazo. Apesar de não ter atendido às expectativas, o PNDH conseguiu unir a sociedade civil e o Governo em um ponto: por sua causa, nunca se discutiu tanto os direitos humanos no Brasil como agora.

O primeiro ano do programa está sendo discutido na 2ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, organizado por várias entidades da sociedade civil e pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara. "O programa é

legítimo tanto por traduzir os anseios de demandas da sociedade, pelo método democrático com que foi construído, quanto por ter estabelecido um compromisso em torno de valores universais", elogia o presidente da Comissão da Câmara, deputado Pedro Wilson (PT-GO).

Apesar disso, o deputado diz que a maioria das propostas que foram cumpridas no primeiro ano é resultado de vários episódios ocorridos no período. "Mais do que o PNDH, a comoção e a indignação da opinião pública diante de massacres e atos de barbarismo tiraram os projetos das gavetas para os colocarem na ordem do dia", afirma Pedro Wilson.

No primeiro aniversário do PNDH, pelo menos três fatos emocionaram a população brasileira: As cenas de violência de policiais militares contra moradores em Diadema, São Paulo, e Cidade de Deus, no Rio; a morte de dezenas de pessoas em uma clínica de hemodiálise, em Caruaru (PE), e a morte do índio pataxó Galdino Jesus de Souza, queimado vivo por cinco jovens da classe média de Brasília. "Nunca no Brasil se deu status de política governamental à questão dos direitos humanos como estamos fazendo", diz o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, um dos idealizadores do PNDH. "Esta é uma proposta para ser cumprida não em apenas um ano, mas em todo o Governo".

CONFIRA O QUE FOI CUMPRIDO DO PLANO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Já cumprido

- Transferência para a Justiça comum de todos os crimes cometidos por policiais militares, com exceção dos de formação de quadrilha e extorsão.
- Lei tornando crime o porte ilegal de armas e a criação do Sistema Nacional de Armas (Sinarm).
- Criação de lei que tipifica o crime de tortura.
- Sancionada lei que estabelece o Registro de Identidade Civil e Cadastro Nacional de Registro de Identidade Civil.
- Criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.
- Elaboração de Mapas da Violência de São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. Estão sendo concluídos os de Salvador e Recife.
- Criação, em convênio com o movimento Viva Rio, de Balcões de Direito, para prestar serviços gratuitos de assessoria jurídica.
- Assinatura de convênios com diversos Estados para ajudar na proteção de testemunhas.

- Realização de cursos - em convênio com entidades nacionais e internacionais - sobre direitos humanos para policiais militares.
- Instituição de bolsas de educação para erradicação do trabalho infantil e a exploração sexual infanto-juvenil.
- Lançamento do Programa de Ação Nacional Antidrogas (Panad).
- Captura do fazendeiro Darly Alves da Silva e seu filho, Darci Alves Pereira, matadores de Chico Mendes.
- Criação de Conselhos Regionais de Segurança.

Em curso

- Tramita no Congresso projeto que transfere para a Justiça federal crimes praticados contra os direitos humanos.
- A proposta de criação do novo Código Nacional de Trânsito ainda tramita em uma comissão especial da Câmara dos Deputados.
- Projeto de alteração da Lei Penal, instituindo penas alternativas, ainda está para ser votado no Congresso.
- A proposta de emenda constitucional que obriga os Estados a investirem 10%

de sua arrecadação em saúde ainda não foi aprovada.

- Instalação dos Conselhos Regionais de Direitos Humanos.
- Operação de desarmamento no sul do Pará (já foram realizados algumas).

Falta ser cumprido

- Criação do Serviço Civil constituído por jovens dispensados do Serviço Militar Obrigatório para atuar como agentes de cidadania.
- Desenvolvimento de uma campanha nacional sobre direitos humanos.
- Falta de incentivo aos governos estaduais para desenvolverem políticas de direitos humanos.
- Política de valorização da população indígena e demarcação de suas terras.
- Transformação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) em Conselho Nacional de Direitos Humanos.
- Elaboração de mapas da violência rural para identificar os conflitos agrários.
- Aprovação no Congresso do novo Estatuto do Índio.